

ATA N.º 02/2015 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA NOVE DE
JANEIRO DE DOIS MIL E QUINZE.

----- Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e quinze no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões da Câmara Municipal, compareceram os excelentíssimos Senhores -----

Presidente: José Luís Gaspar Jorge; e-----

Vereadores: António José Cerqueira Dinis Mesquita, Jorge José de Magalhães Mendes, Raimundo de Magalhães Carvalho, Pedro Manuel Barros Pereira, Lucinda Silva Fonseca Moreira, Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães e Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, a fim de reunirem extraordinariamente, de acordo com a Convocatória de 07 de Janeiro de 2015.-----

----- Secretariou o Senhor Diretor do Departamento de Administração Geral, Sérgio Martins Vieira da Cunha.-----

----- Quando eram doze horas, o Exmo. Senhor Presidente deu início aos trabalhos.-

----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO – “1ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2015” –(Registo n.º 140/2015/01/08).-** A Câmara, **por unanimidade, deliberou aprovar a 1ª. Modificação aos Documentos Previsionais de 2015.**-----

----- **EMPREITADAS – “Aprovação do Projeto de Execução e Peças do Procedimento da empreitada – Remodelação da EB1 da Igreja (Vila Caiz)” – (Registo n.º 126/2015/01/08).-** O Senhor Presidente começou por dizer que estes projetos foram acompanhados pela DGEstE e que a metodologia a seguir foi idêntica para as três escolas. De seguida deu a palavra ao Senhor Eng.º Estefânio Pinto para este explicar os procedimentos realizados e responder a algumas questões que, porventura, os Senhores Vereadores viessem a colocar.-----

----- O Senhor Eng.º Estefânio Pinto apresentou detalhadamente os projetos. Informou que tiveram por base o programa funcional fornecido pela DGEstE e que foram acompanhados durante todo o processo pelo arquiteto responsável dessa Entidade (Arq. José Guedes). Informou ainda que após alteração de pequenas

correções solicitadas pelo mesmo, os projetos foram validados em termos técnicos. Explicou o âmbito da intervenção, no âmbito da intervenção ao nível das salas de aula com criação de espaço para artes plásticas, e noutros espaços, nomeadamente instalações da cozinha e áreas de apoio (despensas, armazéns), para cumprimento do HACCP. Explicou a opção na intervenção ao nível das instalações sanitárias e as vantagens que representa. Referiu que em todo o projeto estão garantidas as condições de acessibilidade a todos os espaços. Disse estarem asseguradas as condições de conforto térmico e que, por indicação do Sr. Presidente, em resultado da experiência que se vai adquirindo na manutenção dos edifícios existentes, todas as salas de aula serão dotadas de palas de sombreamento, que permitem a luminosidade mas impedem a incidência direta da luz solar.-----

Deu ainda nota da intervenção ao nível dos arranjos exteriores, devendo ser criado um espaço de recreio coberto, que é também uma exigência da DGEstE.-----

--O Senhor Presidente acrescentou que a intervenção será concretizada em duas fases: A primeira será no edifício/equipamento e, a segunda, no espaço exterior.-----

Acrescentou, ainda, que é de suma importância a requalificação destes equipamentos. Disse ainda que, para o total de salas a intervir e que são 20, será realizado um investimento de 1, 7 milhões de euros que, comparativamente ao custo financeiro da criação de raiz, se traduz numa otimização de custos, sendo que, se mantêm asseguradas as condições de melhoria que os Centros Escolares construídos de raiz trazem. Disse ainda que comparando as duas soluções : requalificação e construção de raiz, na opção tomada, a dimensão das salas – 55m²- era igual ; pela proximidade às salas de aula, as casas de banho eram mais funcionais; a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida estava assegurada; os recreios eram generosos. Acrescentou ainda que, antes de concluir os projetos de requalificação destas escolas, os mesmos tinham sido discutidos no terreno com os agentes intervenientes, nomeadamente com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas, Presidentes de Juntas e Associações de Pais, no sentido de ir ao encontro da vontade e das necessidades da população daquelas zonas.-----

Referiu ainda que as escolas de Real e de Vila Caíz não integram os Jardins de Infância. Disse ainda ser sua opinião, meramente pessoal, que os jardins de infância deveriam ser separados das Escolas Básicas e mais próximos da população. As crianças mais pequenas deveriam permanecer nas suas freguesias, uma vez que existem várias instalações com boas condições para acolher essas crianças e que agora

se encontram fechadas. Quanto ao Jardim de Infância de Real ter tomado conhecimento que o Jardim de infância de Real se encontra muito degradado. Disse: "Na eventualidade da taxa de natalidade começar a aumentar, poderá sempre equacionar-se a ampliação do P3 de Real para acolher as crianças do JI ou poderá passar pela requalificação de outro equipamento já existente. Disse ainda que, em conversa com o Senhor Diretor de Agrupamento Escolar lhe foi dito que as salas eram suficientes, neste momento, para acolher as crianças de Vila Meã. Concluiu que, na discussão e na reflexão do que vai ser a revisão da Carta Educativa tomar-se-á a decisão que for mais consensual.-----

----- A Senhora Vereadora Lucinda Fonseca tomou a palavra dizendo que, quando os projetos foram apresentados e explicados às Entidades que intervêm diretamente nas escolas, nomeadamente Diretores dos Agrupamentos, Coordenadores, Associação de Pais e Presidentes de Junta de cada uma das escolas, foi numa fase de poderem acolher sugestões de melhoria aos mesmos. Algumas sugestões acabaram por ser feitas e integradas nos projetos finais. Quando os projetos foram finalizados em termos técnicos, foram apresentados às mesmas Entidades, na presença dos pais das crianças das respetivas escolas, sendo-lhes os mesmos explicados. Foram ainda, nesse momento, apresentadas as propostas de colocação das crianças durante o período em que decorrerão as obras. Ficaram asseguradas as questões da logística dos transportes e das refeições, devidamente acordadas com os parceiros no terreno. Concluiu que foi manifestado contentamento dos Srs. Diretores e demais Entidades que acompanharam o processo.-----

----- O Senhor Vereador Raimundo de Magalhães questionou se a Câmara iria avançar já com as obras a que o Senhor Presidente respondeu afirmativamente.-----

----- Através da demonstração efetuada com recurso às peças desenhadas constantes dos projetos, o Senhor Eng.º Estefânio Pinto esclareceu as dúvidas que tinham sido colocadas pelos Senhores Vereadores.-----

----- O Senhor Vereador Pedro Barros observou que este processo foi amplamente participado, lamentando não ter havido a participação no mesmo, por parte dos Vereadores que só tiveram conhecimento dos projetos, via-mail naquele dia.-----

---- O Senhor Presidente respondeu que a discussão em torno deste processo foi uma absolutamente técnica e que foi discutida por todos os intervenientes envolvidos diretamente nos projetos.-----

Reforçou ainda a necessidade de haver uma avaliação exaustiva da realidade com projeção para os anos vindouros. Reconheceu ser importante a racionalização dos custos, assegurando as melhores condições para todas a comunidade educativa. Disse que a intervenção que aqui se propõe, acredita estar-se a criar uma boa resposta para servir essas comunidades durante muitos anos.-----

----- O Senhor Vereador Raimundo de Magalhães disse que subscrevia na íntegra o início da intervenção do Senhor Vereador Pedro Barros, uma vez que lamentava não ter recebido os documentos atempadamente. Acrescentou ainda que, o conhecimento que tem sobre esta matéria foi de ter auscultado pessoas, nomeadamente de Real, intervenientes neste processo.- Disse ainda que, as instalações do Jardim de Infância de Real são precárias, uma vez que está instalado num espaço, doado há muitos anos à Junta de freguesia e considerava que era agora o momento de integrar o Jardim de Infância naquelas instalações.-----

----- O Senhor Presidente acrescentou que, se a Carta Educativa vier a demonstrar que a solução deverá passar pela integração do JI no P3 de Real, teremos condições para o fazer. -----

----- O Senhor Presidente disse ainda que corroborava dessa preocupação e que se comprometia em procurar a melhor solução por forma a solucionar esse problema. Era contudo necessário avaliar qual será a melhor solução, tendo em conta a realidade das três freguesias agregadas.”-----

----- A Senhora Vereadora Lucinda Fonseca disse:- “A questão vai ser amplamente discutida, a nível do Conselho Municipal de Educação, em sede de revisão da Carta Educativa. Referiu que a acompanhar o trabalho técnico do projeto, houve um trabalho técnico com a DEJD, tendo por base os dados já trabalhados ao nível da Rede Educativa. Disse ainda que, relativamente à questão de Real, e em sede da Carta Educativa, importará saber qual a melhor solução para este problema: se requalificação, se integração neste ou noutra equipamento devoluto.-----

----- O Senhor Vereador Dinis de Mesquita disse que, para além do que foi dito pelos colegas de não ter recebido os documentos em tempo útil disse que se está a tratar por igual o que é desigual, nomeadamente no que se refere as escolas de Real e de Vila Caiz.. “Temos uma ocupação mais elevada em Real do que em Vila Caiz e, pelo que foi dito, há redução de uma sala em Real, quando sabemos que a tendência é para encerrar em Vila Caiz em curto prazo”.-----

----- O Senhor Presidente discordou e disse que a redução se deveu ao ajustamento das medidas regulamentares.-----

Posto o documento a votação, a Câmara deliberou:- 1.- **Aprovar, por maioria, o projeto de execução e as peças do procedimento.**- 2.- **Autorizar a abertura do procedimento concursal.** Abstiveram-se os Membros do PS que apresentaram Declaração de Voto que vai ser transcrita.-----

--- O Senhor Vereador do Movimento “Independentes Amarante Somos Todos”, Pedro Barros também apresentou declaração de voto que também vai ser transcrita---

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SENHORES VEREADORES DO PS:**-----

----- “Na reunião do passado dia 24 de novembro a Câmara deliberou emitir parecer prévio para a prestação de serviços com vista à elaboração dos projetos de arquitetura e das especialidades para remodelação das três escolas básicas tipo P3 (Igreja – Vila Caiz; Barracão – São Gonçalo; Santa Comba – Real) – Registo n.º 12007/2014/11/19).-----

Os vereadores do PS abstiveram-se nos termos da declaração de voto que consta da ata, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido.

As reticências e observações então invocadas mantêm-se atuais.

Desde modo, mais uma vez realçamos o facto da Carta Educativa estar em vigor e não são medidas ou propostas como a que foi agora votada que revoga tácita ou expressamente aquele documento.

A coligação PSD/CDS tem que assumir pública e documentalmente qual a sua posição sobre a manutenção, alteração ou revogação da Carta Educativa, em vez de optar por propostas e soluções casuísticas, desprovidas de rigor e objetividade, na tentativa de, pouco a pouco, esvaziar de conteúdo aquele documento para, posteriormente, justificar a sua revogação.

Consideramos, aliás, que nem sequer é sério a alusão que é feita na memória descritiva de que: **“A solução arquitetónica apresentada baseia-se, principalmente, na necessidade de cumprir o programa proposto em sede da Carta Educativa do Município...”**.

Atente-se ainda na similitude da proposta de eliminação de uma sala em cada uma das escolas de Santa Comba e de Vila Caiz, como se se tratasse da mesma realidade ocupacional. O que não é verdade.

Por outro lado, não é um ato de boa gestão dos dinheiros públicos executar obras no valor superior a € 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros), quando, em

consequência das mesmas, os edifícios em causa não vão satisfazer as necessidades imediatas das populações. A título de exemplo refira-se que na escola de Santa Comba – Real, a intervenção proposta não contempla a instalação do Pré-escolar, cujo funcionamento atual não nos parece nas melhores condições;

Por sua vez, no que respeita à escola da Igreja em Vila Caiz, num futuro próximo os alunos migrarão para a EB 2/3 e a mesma será encerrada.

O que tudo é demonstrativo de que a gestão municipal da coligação PSD/CDS continua a pautar-se pela falta de rigor e objetividade.

Contudo, como referiram anteriormente, a recuperação daquele património municipal, nomeadamente no que respeita à substituição do telhado e caixilharia, é positiva, motivo pelo qual os vereadores do PS optaram pela abstenção.-----

Os vereadores do PS”.-----

— DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR VEREADOR DO MOVIMENTO “INDEPENDENTES AMARANTE SOMOS TODOS”, PEDRO BARROS-----

----- “Com a justificação do prazo para apresentação de candidaturas ao designado regime de “overbooking” do Quadro Comunitário, discute-se, em reunião extraordinariamente convocada para o efeito, a aprovação dos Projetos de Execução e Peças do Procedimento da empreitada – Remodelação da EB1 da Igreja (Vila Caiz)”; Remodelação da EB1 + JI do Barracão (S. Veríssimo)”; e Remodelação da EB1 da Sta Comba (Real)”.

Antes de mais, importa referir, por uma questão de respeitabilidade, que a totalidade da documentação apenas foi distribuída no dia da reunião e que, tratando-se de projectos amplamente discutidos com juntas de freguesia, direção e agrupamentos de escolas, associações de pais e encarregados de educação, juntas de freguesia, nunca foi presente ou discutido com os Vereadores.

Por outro lado, aquando da discussão da proposta de elaboração dos projetos foi referido que se tratavam de reparações ao nível das coberturas em amianto e das caixilharias em madeira. Dissemos na ocasião que tudo o que fosse para garantir a comodidade das nossas crianças mereceria o nosso apoio sendo certo todas as intervenções estruturais teriam que aguardar pela revisão da Carta Educativa, conforme acordado no Executivo.

Com o argumento da candidatura ao regime de "overbooking", apresentam-se agora projectos que vão muito para além do apresentado e aprovado, não sendo garantida a participação ao seu financiamento.

Regista-se, por outro lado, que a orçamentação apresentada, apontando para um total de investimento de 1,7 milhões de euros, aparenta ser um bom exercício de racionalização face à eventualidade de construção de mais centros escolares, desde que os indicadores estatísticos venham a confirmar a sua suficiência face à procura existente.

Finalmente, regista-se que esta decisão, ao arrepio do anteriormente estabelecido, o que se lamenta, vai condicionar o sentido da Revisão da Carta Educativa face a eventuais necessidades de instalações, revisão cujo atraso se lamenta por manifestamente injustificado.

No obstante o que vem de ser dito, e tendo presente o superior interesse das nossas crianças que tem que prevalecer sobre o demais, votamos favoravelmente a proposta.

Pedro Barros, Movimento Independentes Amarante Somos Todos "-----

----- **EMPREITADAS – “Aprovação do Projeto de Execução e Peças do Procedimento da empreitada – Remodelação da EB1 + JI do Barracão (S. Verissimo)”** – (Registo n.º 125/2015/01/08).- Posto o documento a votação, a Câmara deliberou:-

1.- Aprovar, por maioria, o projeto de execução e as peças do procedimento.- 2.- Autorizar a abertura do procedimento concursal. Abstiveram-se os Membros do PS que apresentaram Declaração de Voto que vai ser transcrita.-----

----- O Senhor Vereador do Movimento “Independentes Amarante Somos Todos”, Pedro Barros também apresentou declaração de voto que também vai ser transcrita-----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SENHORES VEREADORES DO PS:**-----

----- “Na reunião do passado dia 24 de novembro a Câmara deliberou emitir parecer prévio para a prestação de serviços com vista à elaboração dos projetos de arquitetura e das especialidades para remodelação das três escolas básicas tipo P3 (Igreja – Vila Caiz; Barracão – São Gonçalo; Santa Comba – Real) – Registo n.º 12007/2014/11/19).-----

Os vereadores do PS abstiveram-se nos termos da declaração de voto que consta da ata, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido.

As reticências e observações então invocadas mantêm-se atuais.

Desde modo, mais uma vez realçamos o facto da Carta Educativa estar em vigor e não são medidas ou propostas como a que foi agora votada que revoga tácita ou expressamente aquele documento.

A coligação PSD/CDS tem que assumir pública e documentalmente qual a sua posição sobre a manutenção, alteração ou revogação da Carta Educativa, em vez de optar por propostas e soluções casuísticas, desprovidas de rigor e objetividade, na tentativa de, pouco a pouco, esvaziar de conteúdo aquele documento para, posteriormente, justificar a sua revogação.

Consideramos, aliás, que nem sequer é sério a alusão que é feita na memória descritiva de que: *“A solução arquitetónica apresentada baseia-se, principalmente, na necessidade de cumprir o programa proposto em sede da Carta Educativa do Município...”*.

Atente-se ainda na similitude da proposta de eliminação de uma sala em cada uma das escolas de Santa Comba e de Vila Caiz, como se se tratasse da mesma realidade ocupacional. O que não é verdade.

Por outro lado, não é um ato de boa gestão dos dinheiros públicos executar obras no valor superior a € 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros), quando, em consequência das mesmas, os edifícios em causa não vão satisfazer as necessidades imediatas das populações. A título de exemplo refira-se que na escola de Santa Comba – Real, a intervenção proposta não contempla a instalação do Pré-escolar, cujo funcionamento atual não nos parece nas melhores condições;

Por sua vez, no que respeita à escola da Igreja em Vila Caiz, num futuro próximo os alunos migrarão para a EB 2/3 e a mesma será encerrada.

O que tudo é demonstrativo de que a gestão municipal da coligação PSD/CDS continua a pautar-se pela falta de rigor e objetividade.

Contudo, como referiram anteriormente, a recuperação daquele património municipal, nomeadamente no que respeita à substituição do telhado e caixilharia, é positiva, motivo pelo qual os vereadores do PS optaram pela abstenção.-----

Os vereadores do PS”.-----

— **DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR VEREADOR DO MOVIMENTO “INDEPENDENTES AMARANTE SOMOS TODOS”, PEDRO BARROS**-----

— “Com a justificação do prazo para apresentação de candidaturas ao designado regime de “overbooking” do Quadro Comunitário, discute-se, em reunião extraordinariamente convocada para o efeito, a aprovação dos Projetos de Execução e

Peças do Procedimento da empreitada – Remodelação da EB1 da Igreja (Vila Caiz)”; Remodelação da EB1 + JI do Barracão (S. Verissimo)”; e Remodelação da EB1 da Sta Comba (Real)”.

Antes de mais, importa referir, por uma questão de respeitabilidade, que a totalidade da documentação apenas foi distribuída no dia da reunião e que, tratando-se de projectos amplamente discutidos com juntas de freguesia, direção e agrupamentos de escolas, associações de pais e encarregados de educação, juntas de freguesia, nunca foi presente ou discutido com os Vereadores.

Por outro lado, aquando da discussão da proposta de elaboração dos projetos foi referido que se tratavam de reparações ao nível das coberturas em amianto e das caixilharias em madeira. Dissemos na ocasião que tudo o que fosse para garantir a comodidade das nossas crianças mereceria o nosso apoio sendo certo todas as intervenções estruturais teriam que aguardar pela revisão da Carta Educativa, conforme acordado no Executivo.

Com o argumento da candidatura ao regime de “overbooking”, apresentam-se agora projectos que vão muito para além do apresentado e aprovado, não sendo garantida a comparticipação ao seu financiamento.

Regista-se, por outro lado, que a orçamentação apresentada, apontando para um total de investimento de 1,7 milhões de euros, aparenta ser um bom exercício de racionalização face à eventualidade de construção de mais centros escolares, desde que os indicadores estatísticos venham a confirmar a sua suficiência face à procura existente.

Finalmente, regista-se que esta decisão, ao arrepio do anteriormente estabelecido, o que se lamenta, vai condicionar o sentido da Revisão da Carta Educativa face a eventuais necessidades de instalações, revisão cujo atraso se lamenta por manifestamente injustificado.

No obstante o que vem de ser dito, e tendo presente o superior interesse das nossas crianças que tem que prevalecer sobre o demais, votamos favoravelmente a proposta.

Pedro Barros, Movimento Independentes Amarante Somos Todos “-----

----- **EMPREITADAS – “Aprovação do Projeto de Execução e Peças do Procedimentoda empreitada – Remodelação da EB1 da Sta Comba (Real)” – (Registo n.º 127/2015/01/08).- A Câmara deliberou:- 1.- Aprovar, por maioria, o**

projeto de execução e as peças do procedimento.- 2.- Autorizar a abertura do procedimento concursal. Abstiveram-se os Membros do PS que apresentaram Declaração de Voto que vai ser transcrita.-----

--- O Senhor Vereador do Movimento “Independentes Amarante Somos Todos”, Pedro Barros também apresentou declaração de voto que também vai ser transcrita---

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SENHORES VEREADORES DO PS:**-----

----- “Na reunião do passado dia 24 de novembro a Câmara deliberou emitir parecer prévio para a prestação de serviços com vista à elaboração dos projetos de arquitetura e das especialidades para remodelação das três escolas básicas tipo P3 (Igreja – Vila Caiz; Barracão – São Gonçalo; Santa Comba – Real) – Registo n.º 12007/2014/11/19).

Os vereadores do PS abstiveram-se nos termos da declaração de voto que consta da ata, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido.

As reticências e observações então invocadas mantêm-se atuais.

Desde modo, mais uma vez realçamos o facto da Carta Educativa estar em vigor e não são medidas ou propostas como a que foi agora votada que revoga tácita ou expressamente aquele documento.

A coligação PSD/CDS tem que assumir pública e documentalmente qual a sua posição sobre a manutenção, alteração ou revogação da Carta Educativa, em vez de optar por propostas e soluções casuísticas, desprovidas de rigor e objetividade, na tentativa de, pouco a pouco, esvaziar de conteúdo aquele documento para, posteriormente, justificar a sua revogação.

Consideramos, aliás, que nem sequer é sério a alusão que é feita na memória descritiva de que: ***“A solução arquitetónica apresentada baseia-se, principalmente, na necessidade de cumprir o programa proposto em sede da Carta Educativa do Município...”***.

Atente-se ainda na similitude da proposta de eliminação de uma sala em cada uma das escolas de Santa Comba e de Vila Caiz, como se se tratasse da mesma realidade ocupacional. O que não é verdade.

Por outro lado, não é um ato de boa gestão dos dinheiros públicos executar obras no valor superior a € 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil euros), quando, em consequência das mesmas, os edifícios em causa não vão satisfazer as necessidades imediatas das populações. A título de exemplo refira-se que na escola de Santa Comba

– Real, a intervenção proposta não contempla a instalação do Pré-escolar, cujo funcionamento atual não nos parece nas melhores condições;

Por sua vez, no que respeita à escola da Igreja em Vila Caiz, num futuro próximo os alunos migrarão para a EB 2/3 e a mesma será encerrada.

O que tudo é demonstrativo de que a gestão municipal da coligação PSD/CDS continua a pautar-se pela falta de rigor e objetividade.

Contudo, como referiram anteriormente, a recuperação daquele património municipal, nomeadamente no que respeita à substituição do telhado e caixilharia, é positiva, motivo pelo qual os vereadores do PS optaram pela abstenção.

Os vereadores do PS.....

— **DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR VEREADOR DO MOVIMENTO “INDEPENDENTES AMARANTE SOMOS TODOS”, PEDRO BARROS.**.....

— “Com a justificação do prazo para apresentação de candidaturas ao designado regime de “overbooking” do Quadro Comunitário, discute-se, em reunião extraordinariamente convocada para o efeito, a aprovação dos Projetos de Execução e Peças do Procedimento da empreitada – Remodelação da EB1 da Igreja (Vila Caiz)”; Remodelação da EB1 + JI do Barracão (S. Verissimo)”; e Remodelação da EB1 da Sta Comba (Real)”.

Antes de mais, importa referir, por uma questão de respeitabilidade, que a totalidade da documentação apenas foi distribuída no dia da reunião e que, tratando-se de projectos amplamente discutidos com juntas de freguesia, direção e agrupamentos de escolas, associações de pais e encarregados de educação, juntas de freguesia, nunca foi presente ou discutido com os Vereadores.

Por outro lado, aquando da discussão da proposta de elaboração dos projetos foi referido que se tratavam de reparações ao nível das coberturas em amianto e das caixilharias em madeira. Dissemos na ocasião que tudo o que fosse para garantir a comodidade das nossas crianças mereceria o nosso apoio sendo certo todas as intervenções estruturais teriam que aguardar pela revisão da Carta Educativa, conforme acordado no Executivo.

Com o argumento da candidatura ao regime de “overbooking”, apresentam-se agora projectos que vão muito para além do apresentado e aprovado, não sendo garantida a comparticipação ao seu financiamento.

Regista-se, por outro lado, que a orçamentação apresentada, apontando para um total de investimento de 1,7 milhões de euros, aparenta ser um bom exercício de racionalização face à eventualidade de construção de mais centros escolares, desde que os indicadores estatísticos venham a confirmar a sua suficiência face à procura existente.

Finalmente, regista-se que esta decisão, ao arrepio do anteriormente estabelecido, o que se lamenta, vai condicionar o sentido da Revisão da Carta Educativa face a eventuais necessidades de instalações, revisão cujo atraso se lamenta por manifestamente injustificado.

No obstante o que vem de ser dito, e tendo presente o superior interesse das nossas crianças que tem que prevalecer sobre o demais, votamos favoravelmente a proposta.-

Pedro Barros, Movimento Independentes Amarante Somos Todos “.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o Exmº Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram treze horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu,



Secretário a subscrevo e assino.-----

João Maria Fernandes

